

Christiano Cassettari

Pós-Doutorando em Direito Civil pela USP. Doutor em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Especialista em Direito Notarial e Registral pela PUC Minas. Professor do Damásio Educacional. Coordenador dos cursos de especialização em Direito Notarial e Registral do Damásio Educacional. Vice-Presidente da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado da Bahia (ARPEN-BA). Registrador Civil das Pessoas Naturais em Salvador-BA e parecerista.

site: www.professorchristiano.com.br

Elementos de **DIREITO CIVIL**

Obra completa em **VOLUME ÚNICO**

10ª edição

2022

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Edição Isabella Sánchez de Souza
 Iris Ferrão

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
 Cintia Aparecida dos Santos
 Carolina Mihoko Massanhi

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Guilherme H. M. Salvador
 Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto
 Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação Rafael Cancio Padovan
Revisão Fernanda Guerriero Antunes
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marti Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Bartira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
YAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-9/9410

C344e Cassettari, Christiano

Elementos de Direito Civil / Christiano Cassettari. – 10. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022. 888 p.

ISBN 978-65-5559-629-8 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Título.

2021-3747

CDU 347
CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

Data de fechamento da edição: 29-10-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal

CL 607375 : CAE 782159

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Apresentação da 10ª edição</i>	25
Introdução ao estudo do Direito Civil Constitucionalizado	29
1. O Código Civil vigente.....	29
2. Constitucionalização do Direito Civil.....	29
3. Princípios informadores do Código Civil.....	30
4. A divisão do Código Civil.....	32
1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) – Decreto-Lei n. 4.657, de 4-9-1942	33
1.1. Aspectos gerais.....	33
1.2. Finalidade da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	34
1.3. Mecanismos de integração (fontes do direito).....	34
1.3.1. Fontes imediatas, formais ou diretas.....	34
1.3.2. Fontes mediatas, não formais ou indiretas.....	34
1.4. Da lei.....	35
1.4.1. Classificação das lacunas.....	35
1.4.2. Antinomias.....	36
1.4.2.1. Classificação das antinomias.....	36
1.4.2.2. Forma de resolução de antinomias.....	36
1.4.3. Elaboração, promulgação e publicação da lei.....	37
1.4.4. Nascimento da lei – validade, vigência e eficácia.....	37
1.4.5. Vigência da lei no tempo (início da vigência da lei).....	38
1.4.6. Formas de revogação.....	39
1.4.7. Vigência da lei no espaço.....	40
1.4.8. Interpretação das leis.....	40

1.5. Regras de alcance da lei nova no ordenamento jurídico.....	41
1.6. Das fontes secundárias (analogia, costumes e princípios gerais de direito).....	42
1.7. Regras de direito internacional previstas na LINDB	43
1.8. A Lei n. 13.655, de 25 de abril de 2018, que incluiu os arts. 20 a 30 na LINDB, para criar regras sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público	45
1.9. O Decreto n. 9.830, de 10 de junho de 2019, que regulamentou os arts. 20 a 30 da LINDB	47
1.10. Enunciado do CJF sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	53

2 Da Pessoa Natural..... 55

2.1. Introdução e conceito	55
2.2. Início da personalidade civil da pessoa natural	55
2.3. Do nascituro e do embrião	57
2.4. Do domicílio da pessoa natural.....	60
2.5. Da capacidade civil.....	62
2.6. Da aquisição da capacidade civil de fato	63
2.6.1. Cessação da incapacidade por emancipação	64
2.6.2. Conseqüências da emancipação	67
2.7. Incapacidade – conceito e espécies.....	68
2.8. Dos direitos da personalidade (arts. 11 a 21 do CC)	71
2.8.1. Introdução ao tema	71
2.8.2. Conceito de direitos da personalidade	72
2.8.3. Alguns exemplos de direitos da personalidade	72
2.8.4. Características dos direitos da personalidade (art. 11 do CC).....	72
2.8.5. Tutela jurisdicional dos direitos da personalidade (art. 12 do CC).....	73
2.8.6. A disposição do corpo vivo e a proteção dos direitos da personalidade (art. 13 do CC)	74
2.8.7. A disposição do corpo morto e a proteção dos direitos da personalidade (art. 14 do CC) – consenso afirmativo e negativo.....	79
2.8.8. O direito ao esclarecimento e a morte digna como proteção dos direitos da personalidade (art. 15 do CC) – consentimento informado e diretivas antecipadas de vontade (DAV)	81
2.8.9. O nome da pessoa natural como direito da personalidade e as questões dele decorrentes (arts. 16, 17, 18 e 19 do CC). A proteção do pseudônimo	85
2.8.9.1. Individualização da pessoa natural pelo nome.....	86
2.8.10. A proteção da imagem e da vida privada da pessoa natural como um direito da personalidade (arts. 20 e 21 do CC). A questão das biografias não autorizadas e dos requerimentos proibitivos aos provedores de internet	91

2.9. Extinção da personalidade jurídica da pessoa natural	101
2.10. Ausência, sucessão provisória e definitiva	102
2.11. Resumo esquemático sobre ausência	105
2.12. Comoriência	107
2.13. Súmulas e enunciados do CJF sobre pessoa natural	108
3 Da Pessoa Jurídica	113
3.1. Conceito e natureza jurídica.....	113
3.2. Desconsideração da pessoa jurídica	114
3.3. Da administração da pessoa jurídica	119
3.4. Classificação da pessoa jurídica	120
3.5. Das associações civis (arts. 53 a 61 do CC)	121
3.6. Das fundações particulares (arts. 62 a 69 do CC).....	123
3.7. Das sociedades (arts. 981 a 1.141 do CC).....	127
3.8. Resumo esquemático sobre pessoa jurídica.....	127
3.9. Início da existência legal.....	129
3.10. Capacidade da pessoa jurídica	130
3.11. Domicílio.....	130
3.12. Grupos despersonalizados	131
3.13. Enunciados do CJF sobre pessoa jurídica.....	132
4 Dos Bens.....	135
4.1. Conceito.....	135
4.2. Classificação dos bens.....	135
4.2.1. Bens considerados em si mesmos (arts. 79 a 91 do CC)	135
4.2.2. Bens reciprocamente considerados (arts. 92 a 97 do CC)	139
4.2.3. Bens particulares e públicos (arts. 98 a 103 do CC)	142
4.2.4. Bem de família	143
4.3. Súmulas e enunciados sobre bens.....	145
5 Dos Fatos Jurídicos.....	147
5.1. Conceito	147
5.2. Classificação do fato jurídico <i>lato sensu</i>	147
5.3. Teoria geral do negócio jurídico	148
5.3.1. Classificação do negócio jurídico	148
5.3.2. Dos planos do negócio jurídico e da escada ponteana	149
5.3.3. Do plano da existência.....	151
5.3.4. Do plano da validade	152
5.3.5. Os vícios (ou defeitos) dos negócios jurídicos	156
5.3.5.1. Erro ou ignorância (arts. 138 a 144 do Código Civil).....	157
5.3.5.2. Dolo (arts. 145 a 150 do CC)	158

5.3.5.3.	Coação (arts. 151 a 155 do CC)	159
5.3.5.4.	Lesão (art. 157 do CC)	160
5.3.5.5.	Estado de perigo (art. 156 do CC).....	161
5.3.5.6.	Fraude contra credores (arts. 158 a 165 do CC)	162
5.3.5.6.1.	Conceito de fraude contra credores.....	162
5.3.5.6.2.	Elementos da fraude.....	164
5.3.5.6.3.	Da conservação dos atos na matrícula do imóvel, para demonstração de boa-fé	164
5.3.5.6.4.	Preservação do negócio jurídico (manutenção).	165
5.3.5.6.5.	Ação pauliana para anular negócio jurídico.....	165
5.3.5.6.6.	Prova	166
5.3.5.6.7.	Presunções.....	167
5.3.5.6.8.	Questões relevantes.....	167
5.3.5.7.	Simulação.....	168
5.3.6.	Principais diferenças entre ato nulo e anulável	169
5.3.7.	Do plano da eficácia.....	171
5.3.7.1.	Fatores de eficácia (ou elementos acidentais) que indicam se o negócio produzirá ou não efeitos.....	171
5.4.	Súmula e enunciados sobre negócio jurídico	175
6	Prescrição e Decadência.....	179
6.1.	Da prescrição	179
6.1.1.	Conceito de prescrição extintiva	179
6.1.2.	Características da prescrição.....	179
6.1.3.	Das causas que impedem e suspendem a prescrição.....	181
6.1.4.	Das causas que interrompem a prescrição.....	181
6.1.5.	Dos prazos prescricionais	183
6.1.6.	Ações imprescritíveis	185
6.1.7.	Da diferença com preclusão e preempção.....	185
6.1.8.	A desestabilização do sistema de prescrição em decorrência da revo- gação do art. 194 do Código Civil.....	185
6.1.8.1.	A revogação do art. 194 do Código Civil.....	185
6.1.8.2.	O direito do prescribente a renunciar à prescrição.....	187
6.1.8.3.	Até que grau de jurisdição a prescrição pode ser alegada de ofício pelo juiz?.....	188
6.1.8.4.	A ação regressiva contra os assistentes e representantes legais quando se dá causa à prescrição ou não se a alega oportunamente.....	189
6.1.8.5.	A decadência convencional e o art. 211 do Código Civil.....	189
6.1.8.6.	A prescrição tornou-se matéria de ordem pública?	191
6.2.	Da decadência	192

6.2.1.	Conceito.....	192
6.2.2.	Características da decadência.....	192
6.2.3.	Das diferenças entre prescrição e decadência.....	193
6.2.4.	Crítério científico para distinguir o prazo prescricional do prazo de- cadencial criado pelo Código Civil	194
6.3.	Súmulas e enunciados sobre prescrição e decadência	195
7	Do Direito das Obrigações	199
7.1.	Diferenças entre Direito das Obrigações e Direitos Reais	199
7.2.	Obrigações híbridas	200
7.3.	Distinções terminológicas	201
7.4.	Conceito de obrigação	202
7.5.	Fontes das obrigações.....	202
7.6.	Elementos da obrigação.....	203
7.7.	Modalidades das obrigações	204
7.7.1.	Obrigação de dar.....	204
7.7.2.	Obrigação de fazer (arts. 247 a 249 do CC).....	206
7.7.3.	Obrigação de não fazer (arts. 250 e 251 do CC)	207
7.7.4.	Obrigação cumulativa ou conjuntiva.....	208
7.7.5.	Obrigação alternativa ou disjuntiva (arts. 252 a 256 do CC)	208
7.7.6.	Obrigação divisível (arts. 257 a 263 do CC)	209
7.7.7.	Obrigação indivisível (arts. 257 a 263 do CC)	210
7.7.8.	Obrigação solidária (regras gerais nos arts. 264 a 266 do CC)	211
7.8.	Transmissão das obrigações	214
7.8.1.	Cessão de crédito (arts. 286 a 298 do CC).....	214
7.8.2.	Assunção de dívida ou cessão do débito (arts. 299 a 303 do CC)	216
7.8.3.	Cessão da posição contratual	218
7.9.	Teoria do pagamento	219
7.9.1.	Do pagamento direto (arts. 304 a 333 do CC)	219
7.9.1.1.	De quem deve pagar (arts. 304 a 307 do CC).....	219
7.9.1.2.	Daqueles a quem se deve pagar (arts. 308 a 312 do CC)	220
7.9.1.3.	Do objeto e da prova do pagamento (arts. 313 a 326 do CC)	221
7.9.1.4.	Do local do pagamento (arts. 327 a 330 do CC)	222
7.9.1.5.	Do tempo do pagamento (arts. 331 a 333 do CC)	223
7.9.2.	Do pagamento indireto.....	224
7.9.2.1.	Formas indiretas de pagamento.....	224
7.10.	Do inadimplemento das obrigações.....	232
7.10.1.	Inadimplemento involuntário	232
7.10.2.	Inadimplemento voluntário	233
7.10.2.1.	Espécies de inadimplemento voluntário	239
7.10.3.	Adimplemento substancial.....	240

7.11. Da cláusula penal (arts. 408 a 416 do CC).....	241
7.12. Das arras (arts. 417 a 420 do CC)	244
7.13. Súmulas e enunciados sobre obrigações	249
8 Teoria Geral dos Contratos.....	257
8.1. Introdução.....	257
8.2. A crise dos contratos.....	258
8.3. Conceito de contrato.....	258
8.4. Classificação dos contratos.....	259
8.5. Princípios contratuais	263
8.5.1. Princípio da autonomia privada	263
8.5.2. Princípio da função social do contrato	266
8.5.3. Princípio da boa-fé objetiva.....	270
8.5.4. Princípio da intervenção mínima	273
8.5.5. Princípio da força obrigatória do contrato	273
8.5.6. Princípio da relatividade dos efeitos do contrato.....	274
8.6. Formação do contrato.....	275
8.7. Garantias contratuais.....	279
8.7.1. Dos vícios contratuais	279
8.7.2. Da evicção	281
8.8. Revisão judicial dos contratos	283
8.9. Extinção dos contratos.....	286
8.10. Súmulas e enunciados sobre Teoria Geral dos Contratos	290
9 Dos Contratos em Espécie	297
9.1. Compra e venda (arts. 481 a 532 do CC).....	297
9.1.1. Conceito.....	297
9.1.2. Elementos essenciais.....	298
9.1.3. Natureza jurídica do contrato de compra e venda	300
9.1.4. Efeitos do contrato de compra e venda	300
9.1.5. Restrições à compra e venda	302
9.1.6. Vendas especiais	309
9.1.7. Pactos adjetos (unidos) ou cláusulas especiais à compra e venda.....	310
9.2. Troca ou permuta (art. 533 do CC)	313
9.3. Contrato estimatório (arts. 534 a 537 do CC)	316
9.4. Doação (arts. 538 a 564 do CC).....	316
9.4.1. Introdução.....	316
9.4.2. Espécies de doação.....	317
9.4.3. Aceitação da doação.....	321
9.4.4. Revogação da doação por ingratidão.....	322
9.4.5. Promessa de doação.....	323

9.5. Locação de coisas no Código Civil (arts. 565 a 578 do CC)	324
9.5.1. Conceito	325
9.5.2. Partes do contrato.....	325
9.5.3. Elementos do contrato	325
9.5.4. Aluguel.....	325
9.5.5. Tempo da locação.....	325
9.5.6. Natureza jurídica do contrato de locação.....	326
9.5.7. Interpretação e promessa de locação.....	326
9.5.8. Obrigações do locador	326
9.5.9. Obrigações do locatário	327
9.5.10. Características da locação de coisas	327
9.5.11. Hipóteses de extinção da locação de coisas	328
9.6. Da locação disciplinada pela Lei n. 8.245/91	328
9.6.1. Objetivo da lei – regras gerais	328
9.6.2. Solidariedade legal.....	329
9.6.3. A outorga conjugal no contrato de locação.....	329
9.6.4. Retomada do imóvel pelo locador	330
9.6.4.1. Prorrogação do contrato por prazo indeterminado.....	331
9.6.4.1.1. Locação residencial (arts. 46 e 47 da Lei n. 8.245/91)	331
9.6.4.1.2. Locação não residencial (arts. 51 a 57 da Lei n. 8.245/91)	331
9.6.5. Locação por temporada (arts. 48 a 50 da Lei n. 8.245/91).....	332
9.6.6. Devolução do imóvel pelo locatário	332
9.6.7. Casos de transferência do contrato e sublocações.....	333
9.6.8. Direitos do locador.....	333
9.6.9. Deveres do locador (art. 22 da Lei n. 8.245/91).....	334
9.6.10. Direitos do locatário.....	335
9.6.11. Deveres do locatário (art. 23 da Lei n. 8.245/91).....	335
9.6.12. Características do aluguel.....	337
9.6.13. Das benfeitorias no imóvel.....	337
9.6.14. Direito de preferência (arts. 27 a 34 da Lei n. 8.245/91).....	338
9.6.15. Da denúncia em razão da alienação do imóvel	339
9.6.16. Garantias locatícias	339
9.6.16.1. Particularidades das garantias	340
9.6.17. Da locação <i>built-to-suit</i>	341
9.6.18. Tabela comparativa com a redação antiga da Lei do Inquilinato e a nova redação promovida pela Lei n. 12.112/2009.....	341
9.7. Empréstimos.....	342
9.7.1. Do comodato (arts. 579 a 585 do CC).....	342
9.7.1.1. Obrigações do comodatário	343
9.7.2. Do mútuo (arts. 586 a 592 do CC)	345

9.8. Prestação de serviço (arts. 593 a 609 do CC).....	346
9.8.1. Características da prestação de serviço.....	347
9.8.2. Extinção da prestação de serviço.....	347
9.9. Empreitada (arts. 610 a 626 do CC).....	348
9.9.1. Modalidades de empreitada.....	348
9.9.2. Direitos e deveres do empreiteiro.....	349
9.9.3. Direitos e deveres do comitente.....	350
9.9.4. Características da empreitada.....	351
9.10. Depósito (arts. 627 a 652 do CC).....	352
9.10.1. Modalidades de depósito.....	352
9.10.2. Características do depósito.....	353
9.10.3. Direitos e obrigações do depositário.....	354
9.10.4. Extinção do depósito.....	354
9.11. Mandato (arts. 653 a 692 do CC).....	355
9.11.1. Características do mandato.....	355
9.11.2. Espécies de mandato.....	357
9.11.3. Extinção do mandato.....	358
9.11.4. Normas sobre a extinção do mandato.....	358
9.12. Comissão (arts. 693 a 709 do CC).....	360
9.13. Agência e distribuição (arts. 710 a 721 do CC).....	362
9.14. Corretagem ou mediação (arts. 722 a 729 do CC).....	364
9.15. Transporte (arts. 730 a 756 do CC).....	366
9.15.1. Regras gerais de transporte.....	366
9.15.2. Do transporte de pessoas.....	366
9.15.3. Do transporte de coisas.....	367
9.16. Seguro (arts. 757 a 802 do CC).....	369
9.16.1. Regras gerais do seguro.....	369
9.16.2. Do seguro de dano.....	372
9.16.3. Do seguro de pessoa.....	373
9.17. Constituição de renda (arts. 803 a 813 do CC).....	374
9.18. Jogo e aposta (arts. 814 a 817 do CC).....	378
9.19. Fiança ou caução fidejussória (arts. 818 a 839 do CC).....	380
9.19.1. Características da fiança.....	381
9.20. Transação (arts. 840 a 850 do CC).....	383
9.20.1. Características da transação.....	384
9.21. Compromisso (arts. 851 a 853 do CC).....	385
9.21.1. Estudo do compromisso.....	386
9.21.2. Estudo da arbitragem.....	387
9.22. Súmulas e enunciados sobre contratos em espécie.....	390

10 Da Responsabilidade Civil Extracontratual.....	401
10.1. Noção histórica.....	401
10.2. O Direito Civil Constitucional e a responsabilidade civil	401
10.3. A responsabilidade civil no Direito de Família	402
10.3.1. A responsabilidade civil por abandono afetivo.....	405
10.3.2. A responsabilidade civil pela quebra dos espousais.....	408
10.4. Conceito de responsabilidade civil	409
10.5. Elementos da responsabilidade civil extracontratual	411
10.5.1. Ação ou omissão do agente.....	412
10.5.2. Dolo ou culpa	416
10.5.3. Dano.....	420
10.5.3.1. Introdução sobre os danos	420
10.5.3.2. Os tipos de danos.....	421
10.5.4. Nexo causal.....	437
10.5.4.1. Teorias sobre a relação de causalidade	437
10.5.4.2. Rompimento do nexo causal: das excludentes de responsabilidade civil.....	439
10.5.4.3. A teoria da perda da chance	442
10.5.4.3.1. A teoria da perda da chance na seara médica....	444
10.6. Da classificação da responsabilidade civil extracontratual.....	447
10.6.1. Da responsabilidade civil objetiva.....	447
10.6.1.1. Das principais hipóteses de responsabilidade civil objetiva .	451
10.6.1.2. O direito de regresso na responsabilidade civil por fato ou ato de terceiros	456
10.6.1.3. A solidariedade entre autor do dano e terceiro, e o caso do incapaz	457
10.6.2. A fixação do valor da indenização	457
10.7. A responsabilidade civil nas relações trabalhistas.....	459
10.8. Súmulas e enunciados sobre responsabilidade civil extracontratual	462
11 Do Direito das Coisas: o Estudo da Posse.....	473
11.1. Distinções terminológicas	474
11.2. Classificação da posse.....	474
11.3. Aquisição da posse.....	475
11.3.1. Modos de aquisição pela tradição	475
11.3.2. Aquisição pelo constituto possessório.....	476
11.3.3. Modos de aquisição pela acessão.....	476
11.4. Efeitos da posse.....	477
11.5. Conceitos importantes.....	479
12 Dos Direitos Reais	481
12.1. Direitos reais.....	481

12.1.1. Classificação.....	484
12.1.2. Características fundamentais dos direitos reais.....	484
12.1.3. Outras características dos direitos reais.....	485
12.2. Da propriedade.....	485
12.2.1. Extensão vertical da propriedade.....	485
12.2.2. Faculdades inerentes à propriedade.....	486
12.2.3. Espécies de propriedade.....	487
12.2.4. Características do direito de propriedade.....	487
12.2.5. Conteúdo constitucional da propriedade.....	487
12.2.6. Função social da propriedade.....	488
12.2.6.1. Espécies de função social da propriedade.....	488
12.2.7. Outro exemplo de aplicação da função social da propriedade: a desapropriação judicial.....	490
12.2.7.1 O primeiro precedente do STJ sobre desapropriação judicial ..	496
12.2.8. Modos de aquisição da propriedade.....	498
12.2.9. Formas de aquisição da propriedade.....	498
12.2.10. Formas de aquisição da propriedade imóvel.....	498
12.2.10.1.Registro (arts. 1.245 a 1.247 do CC).....	498
12.2.10.2.Usucapião	501
12.2.10.2.1. Características importantes da usucapião.....	513
12.2.10.3.Acessão	514
12.2.11. Formas de aquisição da propriedade móvel.....	519
12.2.11.1. Formas originárias.....	519
12.2.11.2. Formas derivadas.....	520
12.2.12. Modos de perda da propriedade (imóvel e móvel)	521
12.2.13. Propriedade resolúvel (estudo da propriedade fiduciária).....	522
12.2.13.1. Hipóteses de propriedade resolúvel	526
12.2.14. Dos direitos de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC).....	527
12.2.14.1. Características dos direitos de vizinhança.....	527
12.2.14.2. Do uso anormal da propriedade (art. 1.277 do CC)	527
12.2.14.3. Das árvores limítrofes (art. 1.282 do CC)	528
12.2.14.4. Da passagem forçada.....	528
12.2.14.5. Da passagem de cabos e tubulações.....	529
12.2.14.6. Das águas.....	529
12.2.14.7. Do limite entre prédios e direito de tapagem	531
12.2.14.8. Do direito de construir.....	532
12.2.15. Do condomínio.....	534
12.2.15.1. Do condomínio ordinário.....	534
12.2.15.2. Do condomínio edilício	536
12.2.15.2.1. Elementos constitutivos do condomínio edilício ..	537

12.2.16. Prazo prescricional para a cobrança de cotas condominiais em atraso.....	541
12.2.17. ● Questões polêmicas sobre condomínio edilício	542
12.2.18. Condomínio de lotes.....	550
12.2.19. Condomínio em multipropriedade.....	550
12.2.20. Fundo de investimento (um condomínio especial)	556
12.3. Dos direitos reais sobre coisas alheias.....	558
12.3.1. Dos direitos reais sobre coisas alheias de gozo ou fruição.....	558
12.3.1.1. Direito real de superfície (arts. 1.369 a 1.377 do CC)	558
12.3.1.2. Servidão (arts. 1.378 a 1.389 do CC)	561
12.3.1.3. Usufruto (arts. 1.390 a 1.411 do CC).....	564
12.3.1.4. Uso (arts. 1.412 e 1.413 do CC)	567
12.3.1.5. Habitação (arts. 1.414 a 1.416 do CC)	568
12.3.2. Do direito real à aquisição de coisa alheia	568
12.3.2.1. Direito do promitente comprador do imóvel (arts. 1.417 e 1.418 do CC)	568
12.3.2.2. Características do direito do promitente comprador do imóvel, de acordo com o Código Civil – A promessa de compra e venda de bem imóvel.....	569
12.3.2.3. Características do direito do compromissário comprador do imóvel, de acordo com a Lei de Parcelamento do Solo Urbano – ● compromisso de compra e venda de bem imóvel.....	569
12.3.3. Dos direitos reais de garantia.....	571
12.3.3.1. Do penhor (arts. 1.431 a 1.472 do CC)	576
12.3.3.2. Da hipoteca (arts. 1.473 a 1.505 do CC)	580
12.3.3.3. Da anticrese (arts. 1.506 a 1.510 do CC).....	583
12.3.3.4. Da laje	584
12.3.3.5. Da alienação fiduciária em garantia.....	585
12.4. Súmulas referentes ao direito do promitente comprador do imóvel.....	591
12.5. Súmulas e enunciados sobre Direito das Coisas	591
13 Do Direito das Famílias.....	603
13.1. Aspectos constitucionais do Direito de Família.....	603
13.2. Principais mudanças no Direito de Família, comparando o Código Civil de 1916 com o de 2002.....	604
13.3. Princípios do Direito de Família.....	605
13.4. Novas formas de constituição de família.....	610
13.5. Casamento.....	611
13.5.1. Conceito.....	611
13.5.2. Natureza jurídica	611
13.5.3. Princípios do casamento.....	612
13.5.4. Capacidade para o casamento.....	612

13.5.5.	Tríade do casamento	618
13.5.5.1.	Habilitação para o casamento (arts. 1.525 a 1.532 do CC)....	619
13.5.5.2.	Celebração do casamento (arts. 1.533 a 1.542 do CC)	620
13.5.5.2.1.	Hipóteses excepcionais de celebração do casamento.....	621
13.5.5.3.	Registro do casamento (arts. 1.543 a 1.547 do CC)	624
13.5.6.	Provas do casamento	624
13.5.7.	Invalidade do casamento.....	625
13.5.7.1.	Casamento nulo	625
13.5.7.2.	Casamento anulável.....	630
13.5.7.3.	Casamento putativo.....	638
13.5.8.	Efeitos jurídicos do casamento (arts. 1.565 a 1.570 do CC)	639
13.5.9.	Regime de bens	641
13.5.9.1.	Disposições gerais	641
13.5.9.2.	Da outorga conjugal (marital e uxória).....	642
13.5.9.3.	Modificação do regime de bens	646
13.5.9.4.	Da escolha do regime de bens e do pacto antenupcial (arts. 1.653 a 1.657 do CC)	658
13.5.9.5.	Das diversas espécies de regime de bens.....	662
13.5.10.	Causas suspensivas do casamento.....	671
13.5.11.	Das formas de dissolução da sociedade conjugal.....	675
13.5.11.1.	Da extinção pela morte.....	675
13.5.11.2.	Da invalidade do casamento (nulidade e anulabilidade).....	676
13.5.11.3.	Da separação do casal	676
13.5.11.4.	Do divórcio	695
13.5.11.5.	Breves considerações sobre a separação e o divórcio extrajudicial	696
13.6.	Da união estável.....	698
13.6.1.	Da evolução no tempo da união estável	698
13.6.2.	Do conceito de união estável	699
13.6.3.	Do contrato de namoro em virtude da dificuldade de diferenciação com a união estável	700
13.6.4.	Da união estável envolvendo menores de idade.....	702
13.6.5.	A união estável da pessoa com deficiência após o advento da Lei n. 13.146/2015.....	707
13.6.6.	Do direito à meação de bens.....	707
13.6.7.	Da necessidade ou não de outorga convivencial na união estável	710
13.6.8.	Da aplicação da regra do regime de separação obrigatória na união estável.....	711
13.6.9.	Do reconhecimento e da dissolução da união estável	714
13.6.10.	Do direito de visitas ao animal de estimação adquirido na constância da união estável, desde que demonstrada a relação de afeto, criado pela jurisprudência e reconhecido pelo STJ	715

13.6.11. Da possibilidade de se dar publicidade da união estável por meio de registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais que faz surgir um estado civil aos conviventes	716
13.6.12. Direitos decorrentes da união estável previstos em leis especiais.....	720
13.6.13. Direitos decorrentes da união estável previstos no Código Civil.....	722
13.6.14. Direitos decorrentes do concubinato.....	722
13.6.15. Deveres na união estável.....	724
13.6.16. Conversão da união estável em casamento	725
13.6.17. Uniões estáveis concomitantes, sucessivas ou uniões plúrimas.....	729
13.7. Das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo (homoafetivas)	729
13.7.1. Do casamento entre pessoas do mesmo sexo com e sem prévia união estável.....	731
13.7.2. Do contrato de convivência entre pessoas do mesmo sexo	732
13.7.3. Do conteúdo do contrato de convivência entre pessoas do mesmo sexo.....	733
13.7.4. Da formalização contratual da extinção de união estável entre pessoas do mesmo sexo.....	735
13.8. Dos alimentos (arts. 1.694 a 1.710 do CC)	736
13.8.1. A fixação dos alimentos.....	737
13.8.2. Das espécies de alimentos.....	738
13.8.3. A legitimidade ativa dos alimentos.....	740
13.8.4. A renúncia aos alimentos.....	742
13.8.5. Divisibilidade da obrigação alimentar.....	743
13.8.6. Prescritibilidade x imprescritibilidade da obrigação alimentar	746
13.8.7. Da transmissibilidade da obrigação de alimentar	747
13.8.8. Dos alimentos pós-divórcio	748
13.8.9. Termo inicial dos alimentos.....	750
13.8.10. Termo final dos alimentos	750
13.8.11. Débito que autoriza a prisão do alimentante.....	751
13.8.12. Obrigação alimentar do Estado.....	753
13.8.13. Transação dos alimentos.....	754
13.8.14. Características dos alimentos.....	754
13.8.15. Alimentos gravídicos	756
13.8.16. A culpa na separação e os alimentos	757
13.9. Proteção da pessoa dos filhos (arts. 1.583 a 1.590 do CC).....	757
13.9.1. Espécies de guarda	758
13.9.2. Características da guarda.....	759
13.9.3. ● direito de visita dos avós	760

13.10. Das relações de parentesco (arts. 1.591 a 1.595 do CC)	761
13.11. Da filiação (arts. 1.596 a 1.606 do CC)	764
13.12. Do reconhecimento de filhos (arts. 1.607 a 1.617 do CC)	765
13.13. Da adoção (arts. 1.618 a 1.629 do CC)	766
13.14. Do poder familiar (arts. 1.630 a 1.638 do CC)	767
13.15. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores (arts. 1.689 a 1.693 do CC).....	769
13.16. Da tutela (arts. 1.728 a 1.766 do CC)	770
13.17. Da curatela (arts. 1.767 a 1.783 do CC) e da tomada de decisão apoiada (art. 1.783-A do CC).....	775
13.18. Do bem de família (arts. 1.711 a 1.722 do CC).....	784
13.19. Algumas questões interessantes na jurisprudência do STJ sobre bem de família.....	788
13.20. Súmulas e enunciados sobre Direito de Família	789

14 Do Direito das Sucessões..... 801

14.1. Sucessão em geral.....	801
14.1.1. Conceito e classificação	801
14.1.2. Terminologia da sucessão	802
14.1.3. Relações excluídas da sucessão	805
14.1.4. Momento da abertura da sucessão	805
14.1.5. Comoriência	809
14.1.6. Indivisibilidade da herança.....	809
14.1.7. Cessão de direitos hereditários	810
14.1.8. Aceitação ou <i>aditio</i>	813
14.1.9. Renúncia da herança.....	814
14.1.9.1. Espécies de renúncia	816
14.1.9.2. Questões relevantes sobre a renúncia	816
14.1.10. Da ação de petição de herança (arts. 1.824 a 1.828 do CC)	817
14.1.11. Legitimação sucessória	818
14.1.12. Espécies sucessórias.....	820
14.2. Sucessão legítima	821
14.2.1. Hipóteses de cabimento da sucessão legítima.....	821
14.2.2. Das pessoas contempladas na lei como herdeiros legítimos.....	822
14.2.3. Das regras da sucessão legítima.....	823
14.2.4. Da sucessão do descendente.....	825
14.2.5. Da sucessão do ascendente	826
14.2.6. Da sucessão do cônjuge e do companheiro	827
14.2.6.1. Aspectos gerais.....	827
14.2.6.2. Do direito real de habitação decorrente da sucessão	830
14.2.6.3. Concorrência do cônjuge ou companheiro com o descendente.	832

14.2.6.4. Concorrência do cônjuge e do companheiro com o ascendente.....	841
14.2.7. Do histórico da modificação na sucessão do companheiro e das consequências principais da mudança	842
14.2.8. Da sucessão do colateral.....	845
14.2.9. A sucessão para o poder público.....	847
14.3. Sucessão testamentária.....	848
14.3.1. Introdução	848
14.3.2. Normas regulamentadoras da sucessão testamentária.....	849
14.3.3. Incapacidade testamentária.....	850
14.3.4. Do conteúdo do testamento.....	851
14.3.5. Revogação do testamento.....	852
14.3.6. Do rompimento do testamento	853
14.3.7. Formas de testamento.....	853
14.3.7.1. Formas ordinárias de testamento.....	853
14.3.7.2. Formas especiais de testamento	856
14.3.8. Dos codicilos.....	857
14.3.9. Das disposições testamentárias.....	857
14.3.10. Da invalidade do testamento	859
14.3.11. Das cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade.....	860
14.3.12. Dos legados	862
14.3.13. Das substituições testamentárias	864
14.3.14. Da diferença entre indignidade e deserdação.....	867
14.3.15. Do testamenteiro.....	869
14.4. Súmulas e enunciados sobre sucessões	871
<i>Referências</i>	875